

Destaques do FGTS em 2023

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço é uma poupança de cada trabalhador e trabalhadora que tem contrato pela CLT. Trata-se do maior fundo de financiamento privado do Brasil e da América Latina, com R\$ 700 bilhões em ativos, que financia a habitação popular, obras de saneamento e de transporte urbano, que dá acesso à casa própria e que protege o trabalhador que é demitido, que se aposenta ou que sofre uma doença grave. A boa notícia é que, em 2023, o FGTS cumpriu a contento todas essas funções e ainda teve um resultado financeiro excelente.

O Relatório de Gestão recém publicado mostra que o Fundo executou um orçamento anual recorde, de R\$ 102 bilhões, com quase R\$ 90 bilhões aplicados para financiar a habitação popular. Os financiamentos atenderam 454 mil famílias nas linhas para a habitação popular (renda até R\$ 8.000 mensais) e outras 39 mil na linha para cotistas, sem limitação de renda. Além disso, os saques das contas vinculadas destinados à compra ou pagamento do financiamento da casa própria atingiram outros R\$ 23 bilhões em 2023. Esses números dão uma noção da grandeza das aplicações dos recursos do Fundo, que não ficam parados num cofre de banco, mas se convertem em obras, emprego e crescimento econômico.

Ao mesmo tempo, o Fundo sustentou 20,5 milhões de saques das contas por motivo de demissão sem justa causa do trabalhador, com retiradas totais de R\$ 62 bilhões. A quantidade de pessoas beneficiadas e o valor sacado são bem maiores, por exemplo, do que os números do programa Seguro Desemprego.

As finalidades sociais do Fundo não o impediram de obter o maior lucro da história, de R\$ 23 bilhões. As receitas foram de R\$ 61,5 bilhões no ano, metade decorrente dos juros dos empréstimos e a outra metade de rendimentos e valoriza-

ção de papéis e outros ativos. As despesas foram de R\$ 38,1 bilhões, a maior delas sendo crédito mensal nas contas dos trabalhadores e que somou R\$ 26 bilhões. Além disso, o Fundo concedeu R\$ 8,7 bilhões em subsídios à 325 mil famílias de baixa renda (até R\$ 4.400 mensais) para a compra e pagamento dos juros no financiamento da casa própria.

No que interessa diretamente ao cotista, detentor dos recursos do Fundo, as contas tiveram rendimento de 4,76%, em 2023, pouco acima dos 4,62% de inflação medida pelo IPCA-IBGE. Até agosto o Conselho Curador do FGTS vai definir a parcela do lucro de R\$ 23 bilhões que será distribuída aos cotistas, o que fará o rendimento total das contas atingir ganho real expressivo no ano.

Um dos fatores que contribuiu em muito para o resultado de 2023 foi o acordo firmado com a Prefeitura do Rio de Janeiro em torno do Fundo de Investimentos do Porto Maravilha, que é do FGTS. Com esse acordo, os direitos do Fundo na área se revalorizaram e contribuíram com R\$ 6,5 bilhões para o resultado global das contas.

Outro destaque do ano passado foi o importante salto tecnológico representado pela fase final de desenvolvimento FGTS Digital, e que entrou em operação em 2024. Com esse novo sistema que integra o recolhimento das contribuições para o fundo ao e-Social e aos sistemas dos órgãos de fiscalização, espera-se reduzir a sonegação e a inadimplência de modo a garantir aos trabalhadores o efetivo direito ao depósito no Fundo.

Porém os números mostram que há ameaças à sobrevivência do equilíbrio e bons resultados do Fundo no longo prazo. Um deles é o crescimento

explosivo do empréstimo do saque aniversário, em 2023, de 34% em relação ao ano anterior. Essa modalidade de saque, hoje a segunda em valor, está sendo utilizada abusivamente por empréstimos que transformam a poupança em simples complemento de renda para consumo imediato. Os bancos, que lucram muito com esse tipo de empréstimo, fazem propaganda maciça, e os trabalhadores muitas vezes não percebem que estão comprometendo a proteção ante a demissão sem justa causa, um pecúlio para a aposentadoria, recursos para enfrentar uma doença grave e a formação de poupança para a casa própria.

Os trabalhadores e trabalhadoras têm, no FGTS, uma ferramenta poderosa para atingir objetivos sociais e econômicos de grande importância para eles próprios e para todos os brasileiros. Mas como tudo que é grande e valioso, desperta o interesse e a cobiça pelo seu controle, especialmente quando o capitalismo financeirizado converte tudo em operações de curto prazo, em detrimento de objetivos sociais maiores.

Por Clovis Scherer / Economista / Subseção DIEESE/CUT / Membro do Grupo de Apoio Permanente ao Conselho Curador do FGTS

Fonte: CUT



IBAMA E ICMBIO

ASSEMBLEIA

Participe também pelo
 MICROSOFT TEAMS

19 JUL
9:30 h

PAUTA: NOVA CONTRAPROPOSTA DOS SERVIDORES VISANDO A REABERTURA DA MESA TEMPORÁRIA E ESPECÍFICA DO MEIO AMBIENTE

Presencial
19/07/2024 / 09:30 h
Auditório do IBAMA/MA
(Av. Jerônimo de Albuquerque, 16 - Bequimão, São Luís/MA)

PARTICIPE E FORTALEÇA A LUTA DA CATEGORIA


SINDSEP
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO



CCJ adia para o segundo semestre discussão e votação da PEC 65/23

A defesa do serviço público, dos servidores e da economia popular ganha mais um fôlego com o adiamento da proposta que, como está, deixa o Banco Central ainda mais vulnerável às pressões políticas do próprio mercado que a instituição regula.

A luta deve continuar em defesa do BC Autarquia e servidores no RJU, com estabilidade, blindando a carreira.

A imprensa noticia a criação de esdrúxula "autoridade inédita", com empregados CLT. Isso é reproduzir todos os problemas do BC-Empresa. É hora de questionar todo o mecanismo de captura do BC.

Matérias publicadas hoje, 17:

VALOR ECONÔMICO

"O Ministério da Fazenda estuda proposta para adotar um novo desenho de regulação e supervisão dos mercados financeiro, de capitais e segurador no país. Inspirado no modelo "twin peaks", do Reino Unido, a ideia transformaria o Banco Central (BC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em "superórgãos" que dividiriam funções. Enquanto um ficaria responsável pelas atividades de regulação e supervisão prudencial do mercado financeiro, de capitais e de seguros, o outro seria responsável pela supervisão de condutas e proteção ao consumidor.

No modelo atual, BC, CVM e Superintendência de Seguros Privados (Susep) atuam em ambas as frentes, o que, na visão da Fazenda e de alguns especialistas, cria sobreposições de funções e impede uma atuação mais firme na supervisão sistêmica e no monitoramento de condutas irregulares.

A mudança não altera a autonomia operacional do BC, já estabelecida em lei. O Valor apurou que a proposta é avaliada desde o início da gestão Haddad, mas prevista para o terceiro ano de governo. Porém, em meio às discussões da proposta de emenda à Constituição (PEC) que busca garantir autonomia financeira ao BC, a ideia ganhou força e já foi compartilhada com alguns senadores.

Como a adoção do modelo é complexa, a Fazenda estuda uma proposta gradual, principalmente para não haver impacto nas instituições e suas funcionalidades. Em um primeiro momento, a ideia seria incorporar a Susep ao Banco Central, já que há a visão de que, na estrutura do BC, esta ganharia tração.

Em um segundo momento, a CVM seria fortalecida para, então, ganhar atribuições que hoje são do BC, bem como a autoridade monetária ganharia funções que hoje são de competência da CVM. Esse é o modelo ideal, segundo técnicos da pasta. Marcelo Trindade, ex-presidente da CVM, disse ao Valor que o modelo seria um "grande avanço" para os mercados regulados no Brasil."

ESTADÃO/BROADCAST

A proposta apresentada pelo governo federal retira da mesa a transformação da autoridade monetária em empresa pública, mas mantém na mesa a possibilidade de o BC contratar funcionários no regime celetista.

"O Banco Central fica autorizado, nos termos de lei complementar, a contratar servidores sob o regime da CLT", diz o parágrafo 8º da minuta, à qual a reportagem teve acesso. O artigo 7º estabelece que a autoridade monetária "não se vincu-

la aos sistemas da administração pública".

A proposta também estabelece que as despesas do BC seriam custeadas pelas suas próprias receitas. No parágrafo 4º autoriza a autarquia a incluir no seu orçamento "despesas de pessoal, investimento, funcionamento, meio circulante" e custeio do Proagro, respeitadas diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Mesmo com o adiamento da votação da PEC 65/2023, houve um início de discussão. Várias intervenções tocaram nos problemas que um Bacen capturado provoca na economia. Todo esse mecanismo, que facilita todo tipo de especulação, precisa ser debatido e colocado em questão.

Servidores do BC esperam ser ouvidos durante as discussões da PEC 65/2023

Com o adiamento das discussões, e considerando as graves implicações para as carreiras do Banco Central, os servidores esperam que a diretoria colegiada Do Banco Central abra espaço de participação das entidades sindicais nas negociações que certamente ocorrerão.

Segundo compromisso público do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, o debate sobre a proposta de autonomia do Banco Central deve ser conduzido com cautela e ampliado para três sujeitos fundamentais: "os servidores do Banco Central, os agentes regulados pelo Banco Central (bancos), e o próprio governo federal."

Matéria com a

[Íntegra da Proposta de Acordo](#)

Fonte: Condsef/fenadsef